

Processo n.: @APE 15/00605724

Assunto: Ato de Aposentadoria de Zeli Maria Danielli

Interessada: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Responsável: Renato Luiz Hinnig

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 881/2017

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria especial, em razão de atividade de risco, concedida com fundamento no art. 1º da Lei Complementar n. 343/2006, publicada no DOE de 20/03/2006, c/c o art. 2º do Decreto n. 4.810/2006 e art. 98 da Lei Complementar n. 412/2008, publicada no DOE de 27/06/2008, submetido à apreciação do Tribunal de Contas nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, alínea 'b', da Lei Complementar n. 202/2000, de Zeli Maria Danielli, servidora da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia Civil, nível V, matrícula n. 231.308-1-01, CPF n. 486.410.909-59, consubstanciado na Portaria n. 156/IPREV, de 26/01/2015, Portaria n. 419/IPREV, de 26/02/2015, e Apostila n. 38/IPREV, de 26/02/2015, considerando a decisão judicial proferida no Mandado de Segurança n. 0301570-74.2016.8.24.0023.

6.2. Determinar ao IPREV que acompanhe os feitos judiciais que amparam a concessão da aposentadoria especial com proventos integrais, informando a esta Corte de Contas quando do respectivo trânsito em julgado:

6.2.1. se o veredicto for favorável à servidora, a fim de que esta Corte de Contas tenha conhecimento e proceda às anotações necessárias;

6.2.2. se o veredicto for desfavorável à servidora, comprovando a este Tribunal de Contas as medidas adotadas para a regularização do ato de aposentadoria, devendo o mesmo ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do art. 59, III, da Constituição Estadual.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle de Atos de Pessoal – DAP - deste Tribunal de Contas que proceda ao monitoramento periódico quanto ao cumprimento da determinação que trata o item 3.2 desta deliberação.

6.4. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.

Ata n.: 82/2017

Data da sessão n.: 29/11/2017 - Ordinária

Especificação do quórum: Luiz Eduardo Cherm (Presidente), Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e José Nei Ascari.

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Aderson Flores

Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA
JÚNIOR
Relator

Fui presente: ADERSON FLORES
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC